

BRASIL, AMÉRICA LATINA EA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**O que é e o que pode ser
a cooperação internacional**

por Silvio Caccia Bava

Alô, alô, Brasil com W

por Vera Masagão Ribeiro – ABONG

**Por que manter a cooperação
com a América Latina?**

por Jorge Balbis e Rubén Fernández – ALOP

**O Brasil e a cooperação
internacional não governamental**

por Mara Manzoni Luz e Luciano André Wolff

**Novos paradigmas para
a cooperação internacional**

por Adriano Campolina

**Vantagens da assistência mútua
entre Brasil e Reino Unido**

por Rosalind Eyben

LE MONDE

diplomatique BRASIL

Encarte especial | agosto 2011

O QUE É E O QUE PODE SER A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

por Silvio Caccia Bava*



Já é hora de retomar, em outros termos, a discussão sobre o papel das agências de cooperação internacional no Brasil e na América Latina. Elas começaram, nos anos 1970, com um discurso político: a defesa dos direitos humanos, da liberdade, da democracia. E efetivamente tiveram papel importante ao contribuir para o fortalecimento da mobilização da sociedade civil que levou aos processos de redemocratização por toda a América Latina.

A Europa, nessa mesma época, era governada pelo partido trabalhista, na Inglaterra; pelos socialistas, na França e em vários outros países; a mobilização social e a disputa ideológica com o bloco soviético faziam avançar o reconhecimento de direitos, que além da renda do trabalho se estendeu para a garantia de serviços públicos universais e gratuitos. O Welfare State, ou Estado do Bem-Estar Social, posicionava a Europa como uma das regiões mais avançadas no respeito aos direitos dos cidadãos. Suas agências de cooperação internacional apoiavam a educação para a cidadania, movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades que se organizavam em torno da luta pela afirmação de direitos.

Com a afirmação da hegemonia do pensamento neoliberal, que começa em meados dos anos 1980 e tem plena afirmação a partir dos anos 1990, a Europa muda, os governos vão para a direita, começa o desmonte do Welfare State sob a alegação que os custos deste modelo de Estado prejudicam o desenvolvimento. E o Estado se empenha em criar todas as facilidades para a expansão dos negócios, especialmente das grandes empresas e do setor financeiro. A queda do Muro de Berlim e o desmonte do bloco soviético contribuem para facilitar mudanças radicais que vão atingir também as agências de cooperação internacional. Já que os comunistas não são mais uma ameaça a ser enfrentada com políticas que demonstrem a cara social do capitalismo, abre-se caminho para reduzir o orçamento público nessa área, privatizar serviços essenciais, constituir como mercadoria o que antes eram serviços entendidos como direitos e bens públicos comuns.

Para que as mudanças pudessem ser operadas, havia que desmontar a capacidade de resistência da sociedade a essas medidas. Outro dos efeitos importantes das mudanças foi o ataque às organizações da sociedade civil para a defesa de direitos, a começar pelos sindicatos. Sua criminalização se estende até os dias atuais. Nada mais emblemático

que a fala da primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, em 1987: "Não existe essa coisa de sociedade, apenas indivíduos e suas famílias".

A partir dos anos 1990 a ideia de "ajuda ao desenvolvimento" some do discurso europeu oficial, assim como do discurso das agências multilaterais como o Banco Mundial. Entra o discurso sobre o combate à pobreza. E, com isso, muda também a agenda da cooperação internacional.

A cartilha neoliberal não gosta de falar sobre desigualdade, não gosta de olhar para o passado nem para o futuro. Seu discurso é o de minimizar os efeitos perversos do modelo para os mais pobres. E como se orienta por valores de mercado, entende que cidadania se resume à capacidade de consumo. Daí a razão pela qual grande parte do discurso da cooperação, influenciado pelas agências multilaterais e pelos governos cada vez mais à direita dos países centrais do capitalismo, se resume a combater a pobreza. Um objetivo cada vez mais distante já que, até pelos indicadores do Banco Mundial e do sistema das Nações Unidas, a pobreza, para as grandes maiorias, só faz aumentar.

É importante destacar que este também é um discurso político que ignora os processos históricos e considera a pobreza como algo natural, que sempre existiu. Na verdade, o discurso neoliberal protege os interesses das grandes corporações e do setor financeiro, ocultando os processos que os beneficiam e gerando desigualdade e pobreza. Nesta nova realidade, os governos europeus, mas não só eles, são capturados por esses interesses de mercado e implementam novas políticas, agora contra os interesses das maiorias em sua sociedade. O exemplo mais recente é o que está acontecendo na Grécia.

A nova agenda da maioria das agências europeias de cooperação internacional, que perdura até os dias atuais, abraça a prioridade no combate à pobreza e assistência aos mais necessitados. Seus programas são iniciativas de curto prazo, que podem ser avaliadas em seu impacto pelo número de pessoas atendidas, casas construídas, vacinas ministradas etc. Ninguém aponta que a pobreza é uma consequência, não uma causa. Um silêncio impressionante paira sobre a questão das causas da pobreza, melhor dizendo, sobre as políticas públicas que facilitam a acumulação e promovem a desigualdade e a pobreza.

É com esta visão estreita de defesa intransigente da lógica do mercado que a OECD classifica quase toda a América Latina como países de renda

média, e reorienta prioridades para outras regiões onde a sociedade civil não tem papel destacado na construção de novas institucionalidades que disputam os sentidos da democracia e enfrentam a lógica do mercado e da desigualdade. Os governos neoliberais europeus seguem a mesma estratégia, e cobram das agências de cooperação internacional coerência com esta agenda.

Para recolocar em termos políticos a questão da cooperação internacional, precisamos reconhecer que sua agenda se globalizou. Nossas lutas, na América Latina, pela democratização e contra as políticas públicas que geram desigualdade e pobreza, agora estão presentes na Europa: na fala dos indignados da Puerta del Sol, na Espanha; da Praça Syntagma, na Grécia; e por toda a parte onde a receita para enfrentar a crise de acumulação é a espoliação das maiorias.

Mais que nunca a cooperação internacional – uma nova cooperação – poderá contribuir para enfrentar a crise de representação política da nossa contemporaneidade, construir novas institucionalidades que absorvam a participação cidadã nos processos decisórios de desenho e implementação de políticas públicas, e orientem a ação do Estado para os interesses das maiorias. E nisso, os 30 anos de luta democrática na América Latina, com o apoio de muitas agências de cooperação europeias, trazem ensinamentos que podemos compartilhar com nossos companheiros europeus e de outros continentes.

O debate sobre as opções assumidas recentemente por importantes agências europeias de cooperação internacional é muito importante. Ele demanda de nós mesmos, cidadãos da América Latina que se organizam para a defesa de direitos, um questionamento sobre o tipo de trabalho que fazemos e o que podemos esperar, em termos de solidariedade política, de nossos companheiros das agências de cooperação europeias. E temos também de questionar como nosso trabalho, nossos acúmulos, podem contribuir de forma solidária para a construção de novos termos de cooperação, seja com nossas contrapartes europeias, seja em escala global. Este caderno especial do *Le Monde Diplomatique Brasil* pretende alimentar esse debate. Agradecemos a todos que contribuíram para sua produção.

*Silvio Caccia Bava é diretor do *Le Monde Diplomatique Brasil*.

ALÔ, ALÔ, BRASIL COM W

por Vera Masagão Ribeiro*



“Bye-bye Brasil” foi o nome dado à mesa-redonda sobre o impacto da saída da cooperação internacional nas ONGs brasileiras, há pouco mais de um ano. A mesa teve lugar em evento promovido por instituição que congrega o investimento social privado no Brasil – o Congresso do GIFE – e sua intenção era alertar para a necessidade de recursos nacionais socorrerem ONGs que comprovaram sua relevância na reconstrução democrática do país e na defesa dos direitos humanos, e estariam ameaçadas pelo subfinanciamento.

No decorrer dos debates, entretanto, chegou-se à conclusão que o título “Bye-bye Brasil” não correspondia ao que de fato estava ocorrendo: os dados não confirmavam que a cooperação internacional estivesse simplesmente batendo em retirada.

Efetivamente, dados do Foundation Center mostram que os recursos doados por fundações norte-americanas a centros de pesquisa e ONGs brasileiras quase dobraram entre 2003 e 2009.¹ Da mesma forma, os dados do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento da OCDE sobre a assistência oficial ao desenvolvimento contrariam a tese de que a cooperação tende a sair do Brasil: os valores doados ao Brasil por seus países membros, entre 2000 e 2009, não indicam tendência de queda.²

Levantamento realizado pela Associação Brasileira de ONGs (Abong) no período 2000-2007 sinaliza na mesma direção. Suas aproximadamente 250 associadas atuam na defesa de direitos, combate às desigualdades e fortalecimento da democracia, a grande maioria contando com recursos da cooperação internacional. Segundo o Panorama das associadas, estudo lançado em 2010³, essa situação não muda substancialmente entre 2000 e 2007: no período, se mantém em torno de 78% o percentual de entidades que acessam recursos dessa fonte. Ocorre que, em 2003, 35% delas tinham de 81% a 100% do seu orçamento coberto pela cooperação e, em 2007, essa proporção se reduz para 19%. Ou seja, diminui a participação de recursos captados no exterior no conjunto das fontes, mas a cooperação internacional continua bastante presente na vida dessas organizações,

constituindo sua principal base de sustentação. É possível que de 2007 para cá o quadro tenha se alterado, certamente agravado pelos efeitos da crise econômica mundial.

De fato, esse efeito começa a ser captado por estudo exploratório abarcando período mais recente, realizado pela Articulação D3 e Instituto Fonte, junto a 41 agências internacionais atuantes no país: o volume investido por elas aumentou 38%, de 2007 a 2009, para cair 19% em 2010.⁴ Como causas para diminuição dos aportes dirigidos ao Brasil, os representantes das agências indicam com mais frequência a crise econômica mundial que eclodiu em 2008, seguida da mudança de estratégia da agência e, só em terceiro lugar, o nível de desenvolvimento econômico atingido pelo Brasil.

As evidências sugerem que não se trata de retirada da cooperação internacional, mas de profunda reconfiguração do campo. O contexto torna-se mais complexo e desafia a visão estratégica dos atores políticos do Sul e do Norte que apostam no protagonismo da sociedade civil como fator crucial para construir a democracia com justiça social e ambiental num mundo cada vez mais integrado. Que elementos compõem o novo cenário?

Reconfiguração do campo

Um primeiro fator que impacta fortemente a cooperação de agências europeias e norte-americanas com o Brasil é o câmbio. Segundo dados do Banco Central, nos últimos dez anos houve uma desvalorização real de 53% do dólar em relação à moeda brasileira, 37% nos últimos cinco anos. A desvalorização do euro foi menor, mas também importante: 36% nos últimos dez anos, 30% nos últimos cinco. Isso, por si só, significa que muitas ONGs e movimentos sociais brasileiros perderam nos últimos cinco anos algo próximo a um terço de seu valor, independentemente das decisões das agências cooperantes ou de sua avaliação sobre a capacidade do Brasil resolver, sozinho, seus problemas.

Um segundo fator é que pode estar ocorrendo uma tendência à concentração. Dados do Foundation Center mostram que, ao mesmo tempo que

dobra o montante aportado entre 2003 e 2009, reduzem quase a metade os projetos apoiados. A pesquisa da Articulação D3 com o Instituto Fonte, por sua vez, aponta para uma concentração que estaria ocorrendo do lado das agências: são principalmente as pequenas que diminuem o aporte de recursos ao Brasil, enquanto as grandes mantêm o aporte entre 2007-2010. Já o Panorama das associadas da Abong não capta mudanças importantes no patamar orçamentário do conjunto das entidades entre 2000 e 2007; registra, porém, que no grupo minoritário das que tiveram perdas orçamentárias predominam entidades menores com sede no Nordeste.

Novos enfoques e estilos de relacionamento das agências de cooperação com suas contrapartes são um terceiro fator que produz mudanças e reconfiguram o campo. Agências com as quais ONGs e movimentos sociais brasileiros construíram relações de confiança e conhecimento mútuo nas décadas de 1980 e 1990 são afetadas no período recente por revezes de ordem política em seus países de origem. Alguns governos europeus inclinam-se à direita, colocando na defensiva setores simpáticos a agendas progressistas de política externa. A eficácia das organizações da sociedade civil na assistência ao desenvolvimento é seguidamente questionada, e delas passam a ser exigidos, cada vez mais, resultados mensuráveis e focalização do investimento no atendimento assistencial à pobreza. Tais exigências são transferidas às contrapartes no Brasil, o que vai tornando mais difícil a manutenção de parcerias estratégicas e de longo prazo.

Finalmente, há indícios que governos do Norte passam a privilegiar o setor privado, supostamente mais eficiente que as organizações da sociedade civil para fortalecer suas agendas de assistência ao desenvolvimento e combate à pobreza. Em nota pública da BetterAid, articulação que agrupa mais de 700 organizações da sociedade civil envolvidas na cooperação internacional, reivindica-se que a assistência deve visar o desenvolvimento sustentável e oportunidades de trabalho decente, e não o crescimento do setor privado; além disso, que o apoio ao setor privado não deve solapar a capacidade do Estado de prover serviços públicos à população.⁵

Nesse cenário reconfigurado, porém, nem tudo é adversidade. Um conjunto grande de países do Norte continua identificando o Brasil como parceiro estratégico, por razões tanto econômicas quanto políticas, mantendo o fluxo de recursos de assistência oficial ao país. Entre as maiores fontes da ajuda oficial que chega Brasil estão os governos da Alemanha, Japão, França, Espanha, Estados Unidos, Itália, Noruega, Reino Unido e Bélgica, além de instituições da União Europeia e o Fundo Global para o Meio Ambiente. No âmbito da sociedade civil, também um número importante de agências de cooperação permanece no país, tratando de afirmar seus princípios políticos e buscando com suas contrapartes novas estratégias para fazer mais efetivas e visíveis as conquistas em termos de empoderamento dos setores sociais mais vulneráveis, combate às desigualdades e busca de alternativas de desenvolvimento sustentável. O Processo de Articulação e Diálogo (PAD) é exemplo desse movimento de resistência e reinvenção. Trata-se de rede formada por seis agências ecumênicas europeias e mais de 160 entidades parceiras no Brasil, cujo objetivo é gerar nova cultura de diálogo multilateral e espaço de reflexão sobre as políticas de cooperação, tomando como eixos temáticos a sustentabilidade institucional das organizações e os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Há, pois, elementos suficientes indicando que o que se tem hoje no campo da cooperação internacional no Brasil não é abandono, mas sim uma disputa sobre a relevância das organizações da sociedade civil como atores do desenvolvimento, e sobre os princípios, métodos e objetivos da cooperação.

A importância da cooperação para o Brasil

É fato que o Brasil experimentou nos últimos 10 anos uma aceleração do crescimento econômico, com geração de empregos, aumento do poder de consumo dos mais pobres e do gasto público com políticas sociais e infraestrutura. Porém, o país continua entre os campeões de desigualdades; as melhorias nos serviços de saúde e educação são tímidas e persistem problemas relacionados à concentração fundiária e monocultura exportadora, crise urbana e violência no campo e nas cidades. Ampliam-se os espaços de participação democrática, mas um sistema político-partidário subjugado pelo poder econômico e a concentração dos meios de comunicação criam obstáculos para a efetiva tradução das demandas populares em políticas públicas. As questões ambientais tendem a se agravar com o crescimento econômico, uma vez que o país não conta com projeto estratégico de desenvolvimento sustentável, e tem sua economia baseada em atividades de baixa tecnologia e alto consumo de recursos naturais. Portanto, as questões que vêm movimentando as organizações cidadãs no Brasil há pelo menos quarenta anos continuam atuais, algumas delas agravadas.

A interpretação sobre o que ocorreu com os movimentos sociais e rede de organizações não governamentais nesse período não é consensual. É certo que ampliaram seus canais de diálogo com os governos, principalmente em nível federal, mas se discute se há de fato ampliação de sua influência nas políticas de Estado ou mera cooptação de

parte de suas lideranças. O fato é que um amplo segmento de organizações de cidadania continua tendo atuação decisiva em diversos espaços, contando com uma percepção razoavelmente clara dos desafios políticos: reforçar a formação política nas bases dos movimentos sociais; radicalizar a democracia na sociedade e no Estado; articular a agenda social com a ambiental; impulsionar reformas cruciais para a distribuição da riqueza, como a agrária e a tributária; influenciar as políticas sociais e econômicas na ótica dos direitos, além de reforçar a cultura dos direitos e da igualdade na sociedade. Para tanto, busca trabalhar na articulação política das forças sociais, produzir conhecimento e experimentar alternativas de desenvolvimento socioambiental, visando incidir nas políticas públicas.

Quanto à institucionalidade das organizações da sociedade civil brasileira, em especial as que construíram sua base de sustentação política e financeira na parceria com agências internacionais, há de fato abalos causados seja pela valorização do real seja pela reconfiguração do campo. Os dados das associadas da Abong, entretanto, mostram uma notável capacidade, por parte dessas organizações, de buscar alternativas. Compensando a diminuição de fontes internacionais na composição de seu orçamento, elas passam a acessar mais recursos nacionais públicos e privados.

Essa situação, porém, coloca uma série de riscos para a sustentabilidade das ONGs brasileiras, fazendo que seja ainda importantíssima a parceria estratégica e de longo prazo com a cooperação internacional. Pesquisa recentemente realizada pela Abong, sobre acesso a fundos privados nacionais, mostra que as associadas se ressentem do caráter pontual e instável dos recursos advindos dos institutos e fundações empresariais.⁶ De fato, o investimento privado empresarial é restrito quanto às temáticas abarcadas, evitando as agendas relacionadas aos direitos humanos, e concentrado nas regiões mais ricas do país. Já os financiamentos públicos, com os quais as ONGs poderiam legitimamente contar para se engajar em causas de interesse público, em alguns casos podem ser perversos para sua sustentabilidade. Por esse canal, as entidades podem receber montantes significativos, mas costumam ocorrer grandes atrasos nos repasses, além da imposição de regras esdrúxulas – como proibição de custeio de despesas administrativas ou com pessoal contratado segundo a legislação trabalhista. As incongruências e fragilidades do marco legal prejudicam a captação de recursos nacionais, tanto públicos quanto privados.

Além disso, vale destacar a onda de criminalização das ONGs e movimentos sociais, beneficiando aqueles que têm seus interesses ameaçados pelas lutas e conquistas dessas organizações. Um passo importante é conseguir estabelecer um novo marco regulatório, e políticas de Estado que incentivem o engajamento cidadão em causas de interesse público por meio de organizações autônomas. Nessa luta, as agências internacionais também podem aportar suas experiências.

A importância do Brasil para a cooperação

Os oito anos de governo Lula colocaram de fato o Brasil em outro patamar, não só quanto a dinâmicas sociais e econômicas internas, mas tam-

bém quanto a seu posicionamento na geopolítica mundial. Movimento paralelo ocorre no âmbito da sociedade civil. Graças a seu dinamismo e a laços construídos com agências internacionais de cooperação durante décadas, as ONGs e movimentos sociais brasileiros puderam expandir suas experiências, integrar-se aos vizinhos latino-americanos e lançar-se num ativismo de escala planetária. É esse movimento que as organizações de cidadania e os movimentos sociais planejam consagrar na Cúpula dos Povos, durante a Rio+20.

Mais de cinquenta anos de assistência oficial ao desenvolvimento mostraram que o modelo tradicional cunhado pelos sócios da OCDE é ineficaz para superar a pobreza, promover a paz e garantir a sustentabilidade do planeta. É um modelo fundado na desigualdade: na abissal distância entre potentes países doadores, de um lado, e países pobres, de outro, que só teriam o que receber e nada a oferecer. Criado pelo dinamismo da sociedade civil, o Fórum Social Mundial é uma experiência e anúncio que outra cooperação internacional é possível: uma cooperação que busque diversidade e diálogo, na qual caibam o grande, o pequeno e o intermediário, em que seja possível construir as pontes e conexões necessárias para acabar com a injustiça e deter as ameaças ambientais num mundo cada vez menor.

É preciso dizer *bye-bye* a uma visão de Brasil como país que só tem a receber, nada a oferecer. É preciso chamar – alô, alô – o Brasil que o mundo precisa hoje. Para isso há uma canção de Jorge Ben Jor que compõe, em fragmentos, imagens do país do carnaval e da contravenção (com avião e disco voador na favela, surfista de trem e Tim Maia de síndico), para fazer no refrão o enigmático chamado: “alô, alô, WBrasil”. Ousando uma interpretação totalmente livre do chamado, sugiro que este é o país que devemos evocar para nos reposicionar na cooperação internacional: um Brasil com W, conectado, criativo e antropofágico, capaz de extrair do risco a oportunidade, capaz de receber, doar, trocar e transformar, de modo a promover a genuína solidariedade entre as pessoas e os povos.

*Vera Masagão Ribeiro é coordenadora geral da ONG Ação Educativa e membro da diretoria executiva da Abong – Associação Brasileira de ONGs.

1 Bradford Smith, *Bye-bye Brasil?*, Fundation Center, 2010. [Apreciação]

2 Aid Flows. *Beneficiary View Brazil - Official Development Assistance*, Banco Mundial e OCDE/CAD, jan. 2011. <http://siteresources.worldbank.org/CFPEXT/Resources/299947-1266002444164/index.html>

3 Taciana Gouveia e Marcelo Daniliauskas. *Abong: panorama das associadas*. São Paulo: Abong, 2010.

4 Ana Carolina Vargas e Luisa Fernandes Ferreira. “Investigações sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período 2007-2010”. Interage/Instituto Fonte/D3, 2010.

5 “Statement from BetterAid with respect to the First Busan Outcome Document”, 7 July 2011. <<http://www.betteraid.org/en/news/high-level-forum-on-aid-effectiveness-478-draft-outcome-document-from-hlf-is-inadequate-says-betteraid.html>>

6 Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados / realização Abong, Associação Brasileira de ONGs - Rio de Janeiro: Abong, 2010.

POR QUE MANTER A COOPERAÇÃO COM A AMÉRICA LATINA?

por Jorge Balbis e Rubén Fernández*



Elugar-comum nas análises sobre a evolução da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) a constatação da crescente perda de relevância da América Latina (AL) como receptora dos fundos, públicos ou privados, das agências de cooperação.

Dentro das novas prioridades da CID, a América Latina ocupa um lugar cada vez menos destacado, e vários países há tempos não são mais vistos como prioridade para a cooperação internacional. Várias razões – algumas associadas à trajetória da própria região e outras exógenas, próprias dos países doadores e de outras regiões do mundo – somaram-se para produzir tal tendência. E há poucos motivos para crer que esse quadro poderá ser revertido em um contexto agravado pela atual crise do sistema econômico e financeiro mundial.

Ainda que essa tendência gere preocupação e mesmo certo alarme na região, se analisada sob outra perspectiva poderá servir de base para questionar, com novos argumentos, os critérios do sistema atual de cooperação internacional. Uma iniciativa extremamente oportuna no exato momento em que uma reforma da arquitetura financeira do desenvolvimento se faz necessária.

Tudo isso ocorre num contexto em que temas de interesse da região, como o debate sobre os pa-

íses de renda média e o combate à pobreza e desigualdade, por exemplo, e outros de aspecto mais global nos quais a AL tem muito a contribuir, como os relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas, deveriam adquirir um valor distinto e mais complexo, politicamente falando, daquele que hoje lhes atribui a cooperação para o desenvolvimento.

A América Latina no “limbo” da Renda Média

Um argumento repetido para justificar a redução, ou mais cruentamente em alguns casos, a suspensão da cooperação com a AL tem raízes no fato de que, em sua maioria, os países latino-americanos já são Estados e sociedades que ingressaram no clube da “Renda Média” e, portanto, desenvolveram capacidades de natureza distinta para resolver seus problemas.¹

Este argumento é válido especialmente para a cooperação oficial, já que, em teoria, a ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD) e a cooperação privada ou cooperação solidária não teriam por que seguir as mesmas regras.

De fato, há alguns casos de exceção notáveis, em que organizações da sociedade civil do Norte, dedicadas à cooperação internacional, mantêm seu apoio solidário a países e organizações sociais da região por opção política.

Entretanto, o fato é que a maioria dos países integrantes do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) tomou a decisão de excluir nossa região de suas prioridades. Houve casos em que agências de cooperação simplesmente encerraram as operações em vários países, com consequências diretas no processo de cooperação oferecido pelos Estados, quer dizer na AOD, induzindo a cooperação privada a seguir na mesma direção. A profunda inter-relação entre essas duas dinâmicas, e o fato de que a principal fonte de recursos para várias organizações do Norte sejam os fundos públicos dos respectivos países, explica essa tendência.

Diante de tais constatações, muito esforço tem sido feito para questionar as razões que esgrimem os doadores para relegar nossa região a uma espécie de “limbo” na cooperação para o desenvolvimento, em função do conceito de Renda Média.

Frente à tendência declinante da ação da AOD nos países de renda média (PRM), duas questões se destacam: o receio da exclusão pura e simples desses países dos programas de cooperação; e os possíveis novos cenários de cooperação internacional, mais adequados à sua realidade.

Em relação à primeira questão, sinaliza-se a necessidade de manter a AOD orientada aos PRM pelas seguintes razões²:

- Neles reside cerca de 41% da população pobre do mundo, vivendo com menos de US\$ 2 diários. Caso se queira erradicar a pobreza, nos marcos do cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), é necessário obter ganhos sociais nesses países.
- Nossos países são altamente vulneráveis às circunstâncias do cenário internacional, sofrendo frequente regressão nos níveis de bem-estar material como consequência de choques externos ou crises internas. Portanto, é necessário o respaldo internacional para consolidar e tornar irreversíveis ganhos já alcançados.
- A AL dá importante contribuição à provisão de bens públicos internacionais, especialmente em termos ambientais (caso da Amazônia, em nossa região) – o que justifica o apoio da comunidade internacional aos esforços desses países em prover esses bens que a todos beneficiam.
- O peso político e econômico que alguns países têm em seu entorno regional, e seu sucesso em termos de desenvolvimento, pode ter efeito indutor de progresso sobre outros países da região, outorgando estabilidade ao sistema internacional (caso do Brasil, por exemplo).
- É necessário construir um sistema de cooperação compatível, em termos de incentivos, com os propósitos do desenvolvimento. A ajuda internacional não pode valorizar apenas bons resultados como a elevação da renda baixa ao patamar da renda média-alta, deixando de lado aspectos negativos como a destruição ambiental, induzindo a um programa de incentivos perverso e gerando risco moral para o sistema de cooperação.

Uma segunda argumentação se concentra no que se denominam instrumentos inovadores de financiamento, entendidos como parte do desenho de um esquema de cooperação mais de acordo com as características dos PRM, tais como: emissão de direitos especiais de saque para o desenvolvimento; serviços de financiamento internacional; cancelamento de dívidas em troca de melhorias em saúde, educação, preservação da natureza etc.³

O debate internacional aconselharia a não excluir os PRM do acesso aos recursos oferecidos pelo AOD. Aqui se abre espaço para iniciativas inovadoras que possam fortalecer áreas vinculadas, por exemplo, ao bom governo, à luta contra a desigualdade e pobreza, às mudanças climáticas etc. E nessa discussão vem ganhando espaço e sentido, oportunidade e pertinência, a chamada cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular, às quais a América Latina tem muito a oferecer.⁴

Mais que de renda, o principal argumento para a cooperação com a AL é político

Se entendermos a CID como uma alavanca para resolver problemas de baixo ou mau desenvolvimento, pobreza extrema, exclusão e discriminação, fica claro que em todos os países da região há razões mais que suficientes para justificar a continuidade da cooperação, em função de seus objetivos tradicionais de contribuição à luta contra a pobreza e as desigualdades.

Porém, sem desconhecer a necessidade e a validade dos esforços evocados para justificar a continuidade da cooperação com os PRM com tais argumentos, o foco do debate que a AL deve apresentar às agências de cooperação não deve se ater à continuidade do financiamento, ou em seus possíveis cortes e eventuais efeitos sobre as condições de vida de determinados setores sociais ou regionais, mas deve ir além. Deve adentrar sem receio no terreno da política, em especial apoiando e projetando o sentido transformador do vasto acúmulo de experiências sociais e políticas que a cooperação tem contribuído para desenvolver e fortalecer durante décadas.

Portanto, a discussão a ser posta, e os argumentos a serem defendidos a partir da AL, não podem nem devem se concentrar apenas nos recursos. Ainda que sejam legítimas as preocupações que envolvem a capacidade de sobrevivência de muitas organizações sociais, estes argumentos não se constituem em um eixo substantivo para a maioria dos países.⁵

O debate e construção de posições conjuntas entre as organizações sociais do Norte e do Sul, em especial com a cooperação privada, devem ser necessariamente políticos, valorizando e utilizando o acervo de experiências e resultados políticos acumulados em nossa região pelas ONGs e redes da sociedade civil comprometidas com a defesa de direitos, e seus efeitos sobre a democratização da sociedade e do poder.

Neste sentido, a pertinência de manter a AL no circuito da CID não se justifica só por suas carências ou problemas, mas também porque a região tem muito a contribuir em termos de inovação e práticas para o enfrentamento dos problemas de pobreza e desenvolvimento.

De uma maneira particular, pode-se afirmar que a sociedade civil latino-americana tem atuado como ator de transformações no plano global. Seu alto grau de politização – fruto, em grande parte, da luta contra as ditaduras e pelo regresso ou aprofundamento da democracia –, sua capacidade de produção teórica e política, bem como de formulação de propostas originais, a posicionam em um lugar peculiar para contribuir com as discussões globais.

Além de continuar contribuindo para a inovação social e política, assim como para a superação de problemas ocultos pela utilização simplista e rasteira de categorias, por si só questionáveis frente a uma realidade muito mais complexa e diversa do que deixam entrever as estatísticas, a continuidade e a renovação da cooperação com a AL pode contribuir para incorporar à discussão internacional várias das problemáticas de desenvolvimento que são nevrálgicas não só para a região, mas para o mundo como um todo: as restrições comerciais sem compensação, a regulamentação multilateral das multinacionais, a assimetria no comércio, o baixo índice de taxação fiscal como resultado de interesses dos setores hegemônicos globais, o neoextrativismo e seus efeitos sobre o meio ambiente e a população, as mudanças climáticas etc.

Por essas razões, a retirada da CID da AL pode ser avaliada como um profundo erro estratégico pelos tomadores de decisão nesta área. Fica claro

que não é mais uma ajuda financeira nos moldes tradicionais o que a região necessita. Trata-se de ferramentas políticas, técnicas e financeiras, para que as forças transformadoras pressionem os governos no sentido de promover mudanças democratizadoras que reorientem os recursos para a conquista de mais justiça, equidade e sustentabilidade, não só em nível regional, mas também global. A região requer, e de algum modo vem construindo, um novo lugar no planeta, que já não é mais o de receptor passivo de ajuda. Pode ser – e tem o dever de ser – um ator propositivo das transformações estruturais nos próprios países e no mundo. E, para isso, a cooperação para o desenvolvimento com a AL pode ser um fator catalisador muito positivo, mas tem o desafio de aumentar suas ambições e renovar seus objetivos e práticas políticas.

*Jorge Balbis: uruguai, secretário executivo da Alop (Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo) e coordenador da Red sobre a Realidad de la Ayuda; Rubén Fernández: colombiano, presidente da Corporación Región, Medellín, Colômbia e diretor regional andino da Alop.

1 Quarenta e oito países do mundo são classificados como de Renda Média, e dos 34 países latino-americanos e caribenhos, 33 estão nessa categoria, sendo o Haiti o único país da região classificado como de Renda Baixa. Devido a isso, as modalidades de cooperação tradicional dos países desenvolvidos com a região estão sendo substituídos por novas formas que têm maior relação com o comércio, a pesquisa e os investimentos. Existem diferentes critérios para definir um PRM: o Banco Mundial classifica os países em três grupos de renda segundo o PIB *per capita*: desde 1º de julho de 2011, as economias com renda baixa são aquelas que tiveram PIB *per capita* de US\$ 1.005 ou menos em 2010, as de renda média baixa obtiveram renda entre US\$ 1.006 e US\$ 3.975, as de renda média alta tiveram renda de US\$ 3.976 a US\$ 12.275 e as de renda alta tiveram renda *per capita* superior a US\$ 12.276. Esse não é o único critério que se pode utilizar para classificar os países: a OCDE gerencia uma lista de países que podem ser sujeitos de cooperação; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) utiliza o índice de desenvolvimento humano (IDH). Para uma comparação entre essas classificações, veja José Antonio Alonso (org.), *Cooperación con países de renta media*, Editorial Complutense, Madrid, 2007. Para efeitos deste trabalho, emprega-se o critério do Banco Mundial.

2 José Antonio Alonso: *Deve-se oferecer ajuda aos países de renda média?* Instituto Complutense de Estudios Internacionales, 2007, Iciepaper. Citado por Júlio Gomero Requena, "Informe sobre Países de Renta Media y la AOD", em *Alop: Mito y Realidad de la Ayuda Externa em América Latina al 2010. Alop y la realidad de la Ayuda*, México, 2011, em impressão.

3 CEPAL: "A cooperação internacional no novo contexto mundial: Reflexiones desde América Latina y el Caribe", Nota de la secretaría LC/G.2440(SES.33/11), março de 2010. www.eclac.cl/pses33/noticias/paginas/1/3821/2010-166-SES-33-11. Cooperacion internacional en el nuevo contexto mundial.pdf

4 Recordemos que já desde antes de 2008, a AOD representava menos de 1% do PIB da maioria das nossas economias (17 países da região), mantendo-se em casos preocupantes como os da Guiana, Haiti e Nicarágua em porcentagens iguais ou maiores de 10% do PIB desses países, além de outros quatro países, Bolívia entre eles, que recebiam da AOD mais de 3% de seu produto. Para efeito de comparação vale lembrar as remessas enviadas pelos imigrantes no exterior. Em 13 desses países a ajuda da AOD não chega a representar 13% das remessas.

5 Ballón, Op. cit. e Horacio Rodríguez Vásquez: "La cooperación internacional al desarrollo de uma perspectiva latinoamericana", em Aaron Pollack (Coord): *Temas de cooperación internacional para el desarrollo: criticar, proponer, sistematizar*. Instituto Mora, México, 2010, p. 9-33.

O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NÃO GOVERNAMENTAL

DESAFIOS DE AGÊNCIAS ECUMÉNICAS EUROPEIAS E SUAS ENTIDADES PARCEIRAS

por Mara Manzoni Luz e Luciano André Wolff*



Adespeito dos inegáveis avanços sociais no Brasil e da consolidação de alguns espaços de ação política do Estado ou da sociedade civil que permitem apontar para mudanças sociais e políticas mais maduras e profundas, uma leitura mais apurada da conjuntura brasileira evidencia a persistência de problemas fundamentais de ordem estrutural já existentes em décadas passadas: a enorme desigualdade social continua sendo um elemento incompatível com os princípios democráticos; as políticas mais relevantes continuam apoiando a expansão agressiva de um modelo de desenvolvimento de lógica perversa em termos sociais, ambientais e de violação de direitos humanos. A problemática em torno da construção da Usina de Belo Monte e as discussões sobre a possível revisão do Código Florestal são exemplos gritantes neste sentido.

Neste contexto ambívalente, as ONGs, movimentos sociais e entidades ecumênicas no Brasil continuam tendo papel fundamental. Através de seu trabalho buscam gerar dinâmicas sociais mobilizadoras que pressionem pela reorientação da atuação do Estado, suas políticas e instituições, assim como de setores políticos e/ou econômicos dominantes, em prol de um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

Ao mesmo tempo observamos que estas mesmas ONGs, movimentos sociais e entidades ecumênicas têm contradicitoriamente enfrentado nos últimos anos um crescente movimento de repressão, deslegitimação (sendo desqualificados ao ser identificados como “obstáculo ao desenvolvimento”) e até mesmo de criminalização, que faz remontar a obscuras épocas já caídas no esquecimento e vem minando os esforços dispendidos e tornando crescente o risco de retrocesso.

É neste quadro complexo e contraditório que se enquadra a discussão sobre o atual sentido da

cooperação não governamental com o Brasil. Esta cooperação possui uma história de décadas, na qual agências não governamentais prestaram e continuam prestando apoio importante ao trabalho das entidades ecumênicas, movimentos sociais e ONGs. No período mais recente, esta história tem sido marcada por alguns elementos que gostaríamos de destacar em seguida:

a) Um importante avanço ocorrido no Brasil nos últimos anos está relacionado ao fato de o país contar com governos locais, estaduais e federal ligados em parte – e isto com todos os complexos desdobramentos inerentes à prática de governar – às forças que historicamente constituiram o carro-chefe do processo de democratização e de defesa/promoção de direitos no Brasil.

Neste contexto, os movimentos sociais, ONGs e entidades ecumênicas têm passado e continuam passando por profundos processos de reflexão em torno de seu papel na relação com o Estado. Por exemplo, sobre a questão de como cooperar com instâncias governamentais – inclusive recebendo recursos para o desenvolvimento de atividades – sem se tornar “braço” das mesmas, mas mantendo fluidos os mecanismos que permitem o acompanhamento e influência crítica de suas políticas. Ou ainda, sobre como articular a crítica fundamental e necessária a determinadas posturas de órgãos estatais, sem deixar de considerar os avanços já conquistados.

Estes dilemas tornam complexa a formulação de estratégias de atuação tanto por parte dos atores do campo não governamental brasileiro como, de forma correspondente, por parte das agências que prosseguem apoiando programas no Brasil.

b) Tendo por base o crescimento econômico vi- gente e a implementação, em parte bem-sucedida, de políticas sociais mais abrangentes, a presença

do Brasil no exterior é marcada cada vez mais por uma postura e atuação de “global player”, seja no campo econômico, mas também e principalmente no campo do desenvolvimento social e ambiental global. Monitorar criticamente esta atuação constitui um campo de importância crescente para a cooperação não governamental.

Predomina no exterior – e o governo brasileiro contribui em muito para exacerbar isso – uma imagem um tanto simplista na qual os problemas sociais brasileiros estariam em vias de resolução a partir de medidas governamentais como, por exemplo, o Bolsa Família ou, mais recentemente, o Programa de Erradicação da Miséria. Esta perspectiva, de certa forma “tecnicista”, do enfrentamento das questões sociais tem sido recebida com muita simpatia no âmbito internacional e, frequentemente, ofuscado esforços do campo não governamental para elaboração de um quadro mais completo e diferenciado da realidade brasileira, que aponta a continuidade e mesmo o aprofundamento de problemas estruturais, e alimenta a argumentação em prol da necessária continuidade da cooperação internacional com o Brasil.

c) Também na Europa, a cooperação internacional como um todo tem estado cada vez mais condicionada a novos fatores que a têm reconformado e redirecionado:

- Os crescentes questionamentos (na maioria das vezes bastante simplistas) da sociedade europeia sobre os frutos de décadas de cooperação internacional, questionamentos estes agravados pelas recente crise financeira, corte nas políticas sociais e aumento do desemprego em alguns países europeus;
- Posturas governamentais mais “intervencionistas”, tentando aumentar o nível de influência sobre a política das agências, muitas vezes a partir

- de interesses ligados à política externa e/ou a interesses econômicos¹, e da suposta necessidade de concentrar esforços e recursos em poucos temas (“alinhamento e harmonização”) para gerar efeitos mais amplos (“resultados”);
- Como consequência, mudança de foco da cooperação tanto governamental como não governamental sobre a temática dos efeitos e impactos produzidos, no sentido de procurar dar respostas qualificadas aos questionamentos acima mencionados;
 - O aumento na dificuldade das agências do campo não governamental em angariar fundos junto à sociedade, em função da crescente concorrência de outras entidades que se utilizam de mensagens apelativas de cunho mais assistencialista;
 - Novas lógicas de reorganização das agências do campo não governamental, seja sob a forma de fusões, ou em direção a formas de descentralizar sua atuação a partir da criação de escritórios ou representações regionais e nacionais;
 - Movimentos para ampliar a capacidade de articulação internacional entre as agências de maior afinidade (caso da Oxfam Internacional e, mais recentemente, da Aliança ACT²).

d) Um elemento de ordem mais geral inerente à globalização em curso é a potencialização de formas de articulação internacional que tem facilitado a aglutinação de atores sociais críticos ao neoliberalismo em suas diferentes dimensões, possibilitado a formação de redes, cuja gama de participantes fazem jus à complexidade dos problemas por elas tratados. O Fórum Social Mundial, assim como a crescente mobilização internacional em torno das conferências mundiais sobre modelos de desenvolvimento, constituem talvez a expressão mais evidente desta tendência em curso.

Estes elementos, ao nosso ver, tornam mais complexo o contexto da cooperação internacional com o Brasil, e levam ao surgimento e consolidação de distintas leituras que conduzem, em alguns casos, a cisões de relações de parceria.

São crescentes os questionamentos sobre a pertinência ou não de manter parcerias de apoio financeiro a atores sociais no Brasil. Também a especialização crescente de algumas agências, que passam a concentrar seu apoio em torno de temas específicos, não contribui para apoiar de forma adequada as respostas das organizações parceiras às complexidades e ambiguidades do contexto brasileiro em curso. Algumas análises chegam a falar até mesmo do “fim de uma era”³, tratando da tendência de diferentes agências em limitar, ou mesmo deixar de manter, atividades de cooperação internacional com o Brasil.

Diante deste contexto, consideramos os seguintes desafios a ser enfrentados no futuro próximo:

- a)** Para os movimentos sociais, entidades ecumênicas e ONGs, o grande desafio da sustentabilidade tanto no plano político como no financeiro se constitui em gerar uma institucionalidade que, sendo parte estruturante da democracia brasileira, representaria um elemento fundamental para a sua consolidação.
- Isto implica aprimorar a capacidade de se relacionar com um público mais amplo e desenvolver novas e criativas formas e conteúdos de

comunicação que mostrem de maneira transparente, inteligível e evidente a importância do seu trabalho. Trata-se de criar condições de legitimidade e credibilidade que permitam consolidar o suporte político às suas ações e viabilizar novas formas de arrecadação de fundos junto à sociedade brasileira;

- Buscar uma relação com organismos e instâncias públicas nos níveis locais, estaduais ou federal que viabilize formas sustentáveis de cooperação com preservação da autonomia institucional. Cabe mencionar aqui a luta árdua em curso das ONGs, movimentos sociais e entidades ecumênicas no Brasil pelo estabelecimento de marcos legais e institucionais que viabilizem seu financiamento público de forma democrática;
- Conseguir uma relação equilibrada com atores emergentes mais esclarecidos do setor privado empresarial brasileiro, sem corromper os termos da sua missão institucional.

b) Uma vez que a luta pela sustentabilidade ainda constitui um processo de fôlego em curso, o momento atual, na nossa visão, não justifica tomada de decisão por parte das agências não governamentais no sentido de deixar de cooperar com o Brasil. Para as agências que compartilham deste entendimento, há que enfrentar o desafio de explicar com clareza para os seus mandatários, seja junto às Igrejas, governos ou público doador:

- Que a imagem predominantemente positiva do Brasil e os conceitos a ela associados de “país emergente”, de “renda média” ou “Bric” são extremamente relativos e criados para responder a questionamentos restritos à área econômica, que não consideram a complexidade social e cultural brasileira;
 - Que o movimento inegavelmente positivo de mudanças sociais em curso no Brasil é consequência de décadas de trabalho árduo das organizações da sociedade civil brasileira na construção da democracia, da justiça social e de um Estado transparente que sirva a estes princípios. O competente trabalho das ONGs, entidades ecumênicas e movimentos sociais no Brasil, ao longo das últimas décadas, gerou inestimável contribuição para o aprofundamento da democracia, a qualificação das políticas sociais, assim como a crescente concretização dos direitos humanos no Brasil, seja em casos pontuais, seja – ainda que de forma incipiente – em aspectos mais gerais ou estruturais;
 - Que se trata de um processo em curso, não acabado, cuja continuidade depende em muito da manutenção da capacidade de engajamento dos mencionados atores da sociedade civil;
 - Que no contexto deste embate é necessário, no atual momento político, reforçar a cooperação internacional com o Brasil, em uma linha de apoio à consolidação dos atores que constituem o fermento indispensável à constituição, consolidação e radicalização da democracia e conformação de um modelo de desenvolvimento ambiental e socialmente justo – inclusive apoiando a luta pela consolidação da sustentabilidade institucional.
- Neste sentido torna-se importantíssimo, no momento atual, o investimento comum por parte

das agências e suas entidades parceiras no desenvolvimento de metodologias que contribuam para evidenciar os resultados do seu trabalho, demonstrando como tem sido e continua sendo importante apoiar um trabalho cuja estratégia é de elaboração de propostas, mobilização, formação e articulação da sociedade civil, visando influenciar políticas públicas duradouras e não circunscritas a períodos de governo.

c) Para ambos os campos – das agências e seus parceiros – fica o desafio de potencializar suas parcerias no enfoque ou tratamento de temas globais que, com maior evidência, aparecem como condicionantes comuns da lógica que movimenta as dinâmicas econômicas, sociais e políticas na sociedade.

A crescente ocupação, por parte dos movimentos sociais, ONGs e entidades ecumênicas, com os impactos social e ecologicamente perniciosos da política do BNDES tanto no Brasil como em outros países constitui um exemplo claro nesta direção.

A despeito das complexidades acima descritas, que forçam muitas vezes ambos os campos a se voltar mais para sua organização num movimento instintivo de sobrevivência institucional, somos desafiados a remar contra a corrente e buscar formas criativas e inovadoras de aproveitar nosso campo de relações, construído com tantos acúmulos históricos, para nos fortalecer nos embates comuns da luta por outro mundo possível.

É neste contexto que seguimos empenhados com o Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e suas Entidades Parceiras no Brasil (PAD), reforçado pela constituição da Aliança ACT. É também neste contexto que entendemos que a riqueza das experiências brasileiras deve ser debatida e compartilhada de forma crescente em outros países nos quais trabalham as agências – fortalecendo experiências de intercâmbio Sul-Sul – além de servir de inspiração para as organizações e igrejas do Norte. É nesta direção que vemos o papel relevante do Brasil como “global player”, que aposta na participação popular, na democracia, na diversidade, no enfrentamento da desigualdade social e todas as demais formas de injustiça, na ampliação e garantia dos direitos.

*Mara Manzoni Luz, representante da Christian Aid no Brasil, membro do Setorial de Agências do PAD/ Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e suas Entidades Parceiras no Brasil; Luciano André Wolff, membro da equipe responsável pelo Programa Brasil do EED/ Evangelischer Entwicklungsdienst (Serviço das Igrejas Protestantes da Alemanha para o Desenvolvimento), membro do Setorial de Agências do PAD.

1 Há que analisar cada país, caso a caso, pois estes diferem bastante; há exemplos emblemáticos, mas que não são de forma alguma generalizáveis.

2 Rede internacional fundada em 2009, envolvendo atores do campo ecumênico em âmbito mundial que atuam no campo da cooperação ao desenvolvimento, da incidência política e da ajuda de emergência.

3 Sílvio C. Bava, *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 3, nº 30, janeiro de 2010, p. 3.

NOVOS PARADIGMAS PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

por Adriano Campolina*



A cooperação internacional apoiou o desenvolvimento e consolidação de inúmeras ONGs, movimentos sociais e redes brasileiras. A sociedade civil organizada foi capaz de liderar processos de mudança fundamentais no Brasil e estabelecer um campo político legítimo, reconhecido e mobilizado nas lutas por democracia e justiça social, econômica e ambiental. Apesar de importantes conquistas, como a redução da pobreza, continuamos a enfrentar o imenso desafio de derrotar um modelo de desenvolvimento hegemônico que cria novas exclusões e injustiças, novas formas de concentração de renda, riqueza e poder, e acelerada devastação ambiental. A nossa luta pela construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável permanece atual. Entretanto, observamos uma retirada abrupta de algumas agências de cooperação internacional, especialmente de vários parceiros históricos das ONGs e movimentos sociais brasileiros. Essa retirada nos parece um equívoco, tanto em relação às lutas que travamos no Brasil quanto à contribuição desses processos para mudanças em outros países e regiões.

A cooperação nas últimas décadas

A sociedade civil organizada brasileira liderou um processo que culminou com a derrota da ditadura militar. Conquistou a anistia, a legalização dos partidos de oposição e, após derrota formal da ditadura em eleição indireta, um conjunto de direitos políticos, econômicos e sociais inscritos na Constituição cidadã de 1988. Nesse primeiro momento, no qual se combinaram os últimos anos de resistência à ditadura e a construção do regime democrático, houve consolidação de vários movimentos sociais e início da construção de redes da sociedade civil. Esses atores, após longo período dedicado à resistência, passaram a cumprir novo papel de liderança na luta por transformações em diversos setores.

Logo após a anistia, em 1979, e durante toda a década de 1980 e início da década de 1990 emergiram, ou reemergiram, com ímpeto transformador e contra-hegemônico, poderosos movimentos, ONGs e redes como CUT, MST, Contag, CNS, AMB, Pólis, Ibase, Ação Educativa, AS-PTA, Inesc, Fase etc. Multiplicaram-se as comunidades eclesiais de base e diversas pastorais progressistas influenciadas pela Teologia da Libertação. Foi esse amplo movimento cidadão, que contou com a solidariedade estratégica da cooperação internacional, que derrotou a ditadura militar e trouxe de volta ao debate público uma série de agendas como direitos sindicais, reforma agrária e urbana, luta dos extrativistas, direitos das mulheres, luta contra o racismo, educação pública de qualidade, direitos dos moradores de favelas, sustentabilidade ambiental, dentre outras. Essas várias organizações, redes e movimentos alcançaram visibilidade pública para essas agendas, ampliaram sua capacidade de mobilização e interlocução com a mídia e o poder público, e conquistaram mudanças nas políticas públicas.

Nos anos 1990, a sociedade brasileira enfrentou nova disputa, dessa vez contra o modelo neoliberal. Os governos de então promoveram a abertura de mercados, flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, desregulamentação e redução do papel do Estado. Uma vez mais a sociedade civil resistiu através de várias formas de luta, como, por exemplo, as greves gerais do final dos anos 1980 e início dos 1990, ou o recrudescimento da luta pela terra. A resistência dos movimentos organizados impediu que o projeto neoliberal tivesse a extensão e profundidade que sucessivos governos tentaram impor à sociedade.

Ao mesmo tempo que resistia ao neoliberalismo, a sociedade civil construía um conjunto de alternativas de inclusão social, aprofundamento da democracia e desenvolvimento sustentável. Através de inúmeras redes, fóruns e alianças, as experi-

ências antes fragmentadas dialogaram umas com as outras e ampliaram esse diálogo com outros setores, como a academia e partidos políticos. Essas alternativas ganharam maior concretude, e o conhecimento acumulado coletivamente convergiu na construção de propostas de políticas. Muitas dessas propostas encontraram espaço importante de junto a partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), então na oposição.

Os movimentos sociais e ONGs passaram também a fortalecer sua capacidade de monitorar de forma mais efetiva as políticas públicas brasileiras, desde orçamentos públicos até negociações internacionais. A sociedade civil estabeleceu novos processos de participação social e controle cidadão das políticas, exigindo priorização das demandas populares, transparência da gestão pública e denunciando a corrupção. A sociedade civil acumulou alternativas de governança democrática e popular.

Enfim, a cooperação teve papel importante nesse período histórico, desde o fim da ditadura até recentemente. A cooperação contribuiu para o fortalecimento das organizações da sociedade civil brasileira e sua capacidade de mobilização para influenciar as políticas públicas. A cooperação contribuiu, estrategicamente, na construção de espaços onde lutas, agendas e processos coletivos foram gestados, permitindo ampliação do poder das organizações da sociedade civil e a tradução das lutas de um setor para outro. A cooperação contribuiu ainda para a sistematização das alternativas, diálogos com a academia e outros setores, e aprofundamento da capacidade de elaboração de propostas de políticas.

Novos patamares de luta e retirada da cooperação

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, em uma coalizão de centro-esquerda liderada pelo PT, vence as eleições para presidente do Brasil. Nesse momento, sua eleição foi interpretada por

muitos como uma vitória dos movimentos sociais, que assim chegavam ao governo. No processo de redemocratização brasileira, vários líderes dos movimentos sociais e ONGs tiveram papel relevante na construção do PT e outros partidos de esquerda. Por sua vez, esses partidos identificavam sua plataforma com as lutas dos movimentos sociais, e construíram profunda relação com a luta desses movimentos durante os anos de oposição aos governos neoliberais. O mesmo processo de conscientização e mobilização popular, no qual as comunidades eclesiás de base tiveram tanta importância, contribuiu tanto para a formação de movimentos e ONGs quanto para a construção dos partidos de esquerda.

Essa proximidade, ainda que respeitadas as autonomias, permitiu que o programa da coalizão eleita tivesse pontos em comum com agendas da sociedade civil. O programa Fome Zero, por exemplo, foi influenciado por várias lutas da sociedade civil pela erradicação da fome, com destaque para a campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Betinho, e o Fórum Brasileiro pela Segurança Alimentar e Nutricional. Processos como esses influenciaram o desenho de várias políticas públicas do governo Lula. O acúmulo de poder, conhecimento, experiência e a legitimidade da sociedade civil organizada em vários temas permitiram, nessa nova configuração político-partidária, que várias agendas alternativas fossem, ainda que parcialmente, adotadas pelo novo governo.

A recuperação do valor do salário mínimo, os programas de proteção social (Bolsa Família, Prestação Continuada etc.) e a ampliação da oferta de empregos causaram grande impacto e tiveram como resultado a redução acentuada da pobreza e da extrema pobreza. Alternativas criadas por centenas de organizações locais, como a construção de cisternas e a convivência com a seca, transformaram-se em políticas públicas com massificação da sua cobertura e ampliação sem precedentes de seus impactos. Embora a sociedade civil tenha contribuído diretamente para essas conquistas, novas situações de exclusão, concentração de renda e poder e destruição ambiental vêm se estabelecendo. Em que pese as importantes conquistas, as lutas por justiça social, democracia e sustentabilidade continuam atuais e se dão em novos patamares.

Essas conquistas levaram a uma percepção, por parte de várias organizações de cooperação internacional, que o Brasil se encontra em outro patamar social e, portanto, não é mais parte de suas prioridades. Essa percepção, em alguns casos, parece relacionar-se com a forma como as agências oficiais (governamentais) de cooperação dos países de origem das ONGs internacionais e fundações determinam tais prioridades. Várias agências oficiais baseiam-se em números absolutos de pobreza para definir seus investimentos em cooperação entre vários países do mundo. Os progressos que a sociedade brasileira alcançou na inclusão social, fez com que muitas delas retirassem seus programas do Brasil (e de boa parte da América Latina) ou reduzissem o nível de prioridade. Por outro lado, muitas agências oficiais passaram a ver países emergentes como o Brasil de forma politicamente distinta.

O Brasil e outros países emergentes passaram a ser bem mais assertivos na arena internacional, a ponto de se transformarem em parte do núcleo decisório de negociações como a OMC, mudanças climáticas, ou integrar o G20. Obviamente que esse repositionamento político contribui para que os governos do Norte vejam de outra forma países como o Brasil, alguns deles reduzindo sua prioridade para a cooperação oficial. Finalmente, deve-se levar em consideração que o próprio ambiente político em vários países doadores mudou, com novos governos de direita, crescimento da xenofobia e profunda crise econômica. Como resultado, assistimos à formulação de críticas crescentes à própria cooperação oficial e sua destinação para países que a direita xenófoba classifica como causadores de sua crise. Isso significa que ONGs internacionais e fundações que captam recursos de agências oficiais viram esses recursos diminuir substancialmente e, por consequência, retiraram ou reduziram drasticamente seus programas no Brasil.

Outra razão da retirada da cooperação de ONGs internacionais e fundações pode ser a própria concepção de cooperação para o desenvolvimento. Nos países tradicionalmente doadores (USA e países da Europa), por muitos anos prevaleceu (e muitas vezes ainda permanece) uma noção bastante questionável de que a pobreza e exclusão social eram resultado da escassez de recursos em países do Sul. Muitas organizações de cooperação dedicaram-se por décadas a transferir recursos (financeiros e humanos) de seus países para o Sul como forma de diminuir a exclusão. Com o crescimento econômico, diminuição da pobreza e consolidação democrática no Brasil, passaram a considerar que já existem suficientes recursos por aqui, e que, portanto, o Brasil não é mais prioridade, voltando-se para regiões com maior pobreza relativa.

Equívocos e oportunidades perdidas

Em nossa opinião, essa retirada é um erro estratégico por várias razões. As conquistas recentes da sociedade brasileira estão longe de ser consolidadas; basta ver alguns exemplos como o ataque incessante por parte das elites, mídia e partidos de centro e direita, aos programas sociais do governo ou até mesmo ao papel do Estado em regular a economia.

A consolidação de alguns avanços importantes como valorização do salário mínimo, criação de empregos, apoio à agricultura familiar, políticas de proteção social etc., requer muita luta e capacidade da sociedade civil organizada. Tradicionalmente, a retirada da cooperação internacional, em um ambiente onde o financiamento público à sociedade civil é ainda incipiente, leva ao enfraquecimento das organizações que poderiam consolidar tais conquistas. Ou seja, a retirada de agências da cooperação internacional contribui para a fragilização da sociedade civil e amplia a possibilidade de retrocesso.

Por outro lado, esses avanços ocorreram em um ambiente de profundas contradições, onde junto com políticas de inclusão social se constrói um modelo gerador de novas exclusões. Mais que nunca é fundamental a mobilização da sociedade civil organizada para disputar a configuração do

modelo econômico e social hegemônico. Até o momento predomina uma visão de promoção de um capitalismo brasileiro focado em alguns ramos altamente competitivos e concentrados da indústria, agroindústria e serviços, e na produção de commodities com altos impactos ambientais.

Somente a sociedade civil organizada tem capacidade de constituir um campo político capaz de disputar esse modelo sob as bandeiras da justiça social, econômica e ambiental. Permitir seu enfraquecimento é não só causar retrocesso em algumas conquistas, como também incapacidade para a luta contra as novas exclusões e enfraquecer uma fronteira de luta estratégica, que é a disputa pelas alternativas de desenvolvimento.

Nessa disputa de paradigmas, está em jogo ainda o papel do Brasil em fóruns internacionais e o papel da cooperação oficial brasileira, que se torna a cada dia mais relevante. Não apoiar a sociedade civil organizada brasileira neste momento é desperdiçar uma rara chance de propiciar processos para influenciar a política externa e de cooperação a partir de valores como democracia, sustentabilidade e justiça.

É necessário que se resista à noção de que a pobreza é simplesmente resultado da escassez de recursos. A pobreza é resultado de relações de poder desiguais que levam à contínua apropriação de recursos de uma sociedade pelas suas próprias elites e pelas elites econômicas e financeiras dos países centrais. É importante superar essa noção para que mudem os rumos da cooperação dos países do Norte, limitados à transferência de recursos que não erradicam as causas da pobreza nem questionam os mecanismos de apropriação nacional e internacional de riquezas. Ao questionar vigorosamente essas noções, as ONGs internacionais e fundações contribuirão para que a cooperação oriunda de seus países passe a priorizar a mudança nas relações de poder e a criação de capacidades na sociedade civil de vários países do Sul para liderar processos de mudança.

A sociedade civil brasileira desenvolveu metodologias, experiências e conhecimentos que, se consolidados, permitirão avanços ainda maiores e contribuirão com a disputa do modelo hegemônico. Essas experiências poderiam contribuirativamente para reflexão e aprendizado mútuo junto a organizações de outros países em desenvolvimento. A cooperação internacional tem uma oportunidade única de fortalecer a cooperação Sul-Sul.

Por tudo isso, nos parece fundamental reverter essa retirada de agências de cooperação internacional. Isso será possível através de uma estratégia conjunta da sociedade civil brasileira com as organizações de cooperação, para que sejam percebidas as oportunidades perdidas e os equívocos políticos que orientam essas decisões. Ao mesmo tempo é importante avançar na luta pelo financiamento público da sociedade civil organizada (como ocorre em vários países) para que sigamos avançando na luta por direitos.

*Adriano Campolina, engenheiro agrônomo, mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; diretor executivo da ActionAid Brasil.

VANTAGENS DA ASSISTÊNCIA MÚTUA ENTRE BRASIL E REINO UNIDO

por Rosalind Eyben*



Nas duas décadas seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial, a África e a Ásia lutaram para escapar do jugo colonial europeu, de modo a assegurar sua independência política. Foi quando uma nova forma de sistema de ajuda para a promoção do desenvolvimento substituiu o antigo regime.

O Primeiro Mundo – Estados Unidos e ex-governos coloniais – passaram a oferecer recursos e assistência técnica diretamente aos países empobrecidos e, indiretamente, através do setor de empréstimos bonificados (em condições favoráveis) do Banco Mundial (IDA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e de todas as instituições multilaterais de desenvolvimento criadas nas décadas de 1960 e 1970. A América Latina foi incorporada a esse sistema, por fazer parte do Terceiro Mundo.

Quando a União Soviética ficou sem dinheiro e, em algum momento, quebrou, o surgimento de um mundo unipolar – equilibrado num só eixo – tornou mais evidente o contraste entre Norte e Sul – quer dizer, ricos e pobres. Em 2000, o Norte experimentou tal prosperidade que lhe permitiu assumir compromissos como os Objetivos do Milênio e a diminuição da pobreza global.

Entretanto, em anos mais recentes, essa visão simplista de classificar o mundo entre “os que têm e os que não têm” passou a ser questionada.

Alguns dos países do hemisfério sul que fazem parte dos programas de ajuda, especialmente Brasil, China e Índia, começaram a se tornar relativamente ricos e passaram a se envolver de maneira efetiva na economia dos países mais pobres, seja através de relações comerciais, investimentos e assistência técnica, ou de ações de assistência humanitária, via iniciativas multilaterais como a World Food Program.

Despidos de seu passado colonialista, os países do Bric deliberadamente se afastaram do paradigma de ajuda desenvolvimentista da OCDE, preferindo reforçar as relações de cooperação Sul-Sul, buscando produzir benefícios mútuos para os envolvidos.

No fim de 2007, o UK Department for International Development (DFID) encerrou seu programa de ajuda bilateral na América Latina, fechando seus

escritórios em Lima, La Paz, Tegucigalpa e Manágua. Em Brasília, o escritório do DFID também foi fechado, e um de seus funcionários ficou na embaixada britânica com a tarefa de manter o diálogo com o Brasil em temas como “crescimento e comércio, conflitos e segurança, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável”¹. Contudo, a foto que ilustra o site do DFID, do qual retiramos a citação acima, mostra a extrema pobreza de uma favela no Rio de Janeiro, contrariando a mensagem do site que diz que “o sucesso interno na redução da pobreza... faz do Brasil um parceiro altamente confiável do programa de desenvolvimento”.

A mensagem implícita do governo britânico é que o Brasil é suficientemente rico para eliminar a própria pobreza, e poderoso para ter influência decisiva no mundo como um todo. Isso também endossa os argumentos de acadêmicos britânicos e integrantes dos programas de desenvolvimento, segundo os quais os resultados obtidos na América Latina são importantes e úteis para a África e a Ásia.

O DFID está criando um programa novo, o ELLA, que tem por objetivo reunir os conhecimentos das experiências que tiveram êxito e daquelas que fracassaram nas áreas de política e prática de desenvolvimento na América Latina.² Um dos argumentos para manter o programa de ajuda mútua à América Latina tem sido conservar o contato com o que está acontecendo lá e trazer o conhecimento daí resultante para ser usado numa prática desenvolvimentista de escopo mais abrangente.

Seriam os funcionários do ELLA e do DFID na embaixada britânica de Brasília capazes de atingir esse objetivo? Seria o objetivo em si abrangente o suficiente? Há outras razões pelas quais os participantes do DFID e do OCDE não deveriam encerrar seus programas de ajuda ao Brasil e, por extensão, à América Latina? O que será que descobriríamos se olhássemos este assunto sob outra perspectiva?

Tudo depende de seu conceito pessoal de ajuda e de pobreza

Um dos argumentos para manter a ajuda a países como o Brasil é o fato que ainda há um grande número de pessoas pobres vivendo neles. Se os objetivos globais de redução da pobreza precisam ser atingidos, os participantes da OCDE deveriam

continuar provendo ajuda a esses países. Além disso, se a pobreza no Brasil for reduzida rapidamente, isso não teria um efeito positivo que atingiria todos os países pobres da vizinhança, como a Bolívia?

Outros argumentos são de que o conhecimento adquirido poderia ser utilizado em programas de ajuda por toda a parte, o que foi discutido anteriormente, e pesa também o fator moral da desvantagem histórica que os ex-poderes coloniais criaram ao condenar regiões como a América Latina a um status periférico.³ Entretanto, esses argumentos estão restritos ao conceito de ajuda entendido como relação entre parceiros desiguais, na qual o dinheiro flui do país mais rico ao mais pobre. E é justamente por causa disso que alguns indivíduos dos países do Bric são contra os programas de ajuda externa. Essa relação assimétrica os faz sentir diminuídos, faz com que seu país seja visto como objeto de caridade e, caso a ajuda seja aceita, promove a confirmação emblemática da disparidade de poder na condução da política econômica mundial.

No lado oposto, contra as políticas de cooperação se encontram os cidadãos dos países do OCDE. A crise financeira de 2008, os subsequentes cortes nas despesas públicas e os sinais de crescente pobreza dentro de suas fronteiras, levaram ao aumento de pedidos de cancelamento dos projetos assistenciais aos países pobres como um todo e, particularmente, àqueles com uma economia considerada intermediária, que teriam recursos para conter seus índices de pobreza, se atendo a políticas condizentes.

Mas como seria um programa de ajuda ao Brasil concebido e implantado segundo padrões brasileiros de cooperação para o desenvolvimento? E se o debate for reconfigurado, deixando de lado a questão do fluxo financeiro e concentrado em como estimular os benefícios advindos da parceria, tais como o intercâmbio de indivíduos e ideias?

Aqui vão algumas proposições.

Aceitar que não existe proporcionalidade entre a quantidade de recursos investidos e o impacto daí advindo.

São as iniciativas que vêm da sociedade, de como as pessoas se relacionam e as ideias geradas que oferecem a melhor chance para atacar em profundidade as injustiças e desmandos sociais.

A noção de países desenvolvidos ou em desenvolvimento é um anacronismo neocolonial. Estamos constantemente lutando por melhores condições de vida para nós mesmos e nossos filhos.

Dinheiro é uma questão secundária

Diferente de questões básicas como pintar a casa ou consertar o carro, é impossível prever precisamente qual é a quantia exata de fundos a ser investida para garantir certo retorno confiável que permita melhorar a situação de vida dos indivíduos. Na verdade, fundos usados erroneamente podem piorar a condição daqueles que vivem na pobreza.

As premissas para a ajuda externa indicam que as instituições doadoras orientam seus financiamentos para a promoção de mudanças que podem ser previstas e quantificadas. Além de não ser verdadeira, essa postura impede as instituições doadoras de responder efetivamente a um ambiente político altamente dinâmico e imprevisível.

Seria muito mais vantajoso financiar simultaneamente duas ou mais soluções para resolver determinado problema, permitindo a vários agentes atacar o objetivo de acordo com diferentes diagnósticos e consequentes abordagens.

Programas de ajuda deveriam estar abertos a uma multiplicidade de enfoques, deveriam correr riscos e aprender a corrigir sua abordagem de acordo com isso.

Por toda a parte a pobreza é uma questão política. Mas isso fica mais claro em países como o Brasil, que ostenta uma crescente e próspera classe média – e também no Reino Unido, onde os dez últimos anos intensificaram o abismo entre ricos e pobres, e diferentes regiões.

Uma política de redistribuição de renda de um governo reformista, como a que vigorou no Brasil desde 2003, é intrinsecamente importante e desafia o papel da cooperação internacional. Não é que o dinheiro não seja importante. Ele é, mas em países como o Brasil a cota de recursos que uma instituição doadora pode oferecer torna-se irrelevante. O que conta é como ela é gasta.

Ações de financiamento em escala menor têm melhor probabilidade de, com o tempo, agir de forma mais eficaz que programas e fundos orçamentários governamentais centralizados. Além disso, grandes gastos podem desviar o foco da construção efetiva de relações no auxílio das populações mais pobres, no sentido de ajudá-las a buscar mudanças políticas.

Quando a intenção da ajuda é apenas reduzir disparidades, tudo gira em torno de estar num local, com o compromisso, conhecimento e investimento de tempo de uma equipe treinada para desenvolver e manter relações.

Em 2003, participei de um workshop no Brasil com a equipe de funcionários do DFID da América Latina. Alguns meses antes do Reino Unido invadir o Iraque e, simultaneamente, encerrar os programas de ajuda à América Latina, criamos uma proposta para o papel do DFID na região. Uma das questões levantadas se referia ao fato de que a soma de dinheiro a ser investida deveria ser entendida como um assunto de segundo plano, subordinado à compreensão de como o DFID entendia o contexto e as relações necessárias para promover mudanças positivas na vida dos indivíduos pobres.

Relações são o mais importante

No workshop concordamos que pessoas, mais que dinheiro, eram a contribuição mais valiosa. Os princípios dessa abordagem são:

- Qualquer investimento em relações deve manter e não diminuir o poder das pessoas pobres;
- Reconhecer que a redução da pobreza é um tema de fundo político e está relacionado à mudança nas relações dispares de poder que mantém as pessoas nessa situação;
- Uma instituição doadora deve ser vista não como um diretor, mas como um dos atores em cena numa peça que ainda será escrita;
- Mudanças sociais não ocorrem de forma sequencial nem linear, e a ajuda deve ser programada de acordo.

Esta abordagem foi amplamente testada pelo DFID no Peru (onde o programa foi encerrado no fim de 2005). A resposta à complexidade política e social do país se deu através do investimento em relações que permitiram construir uma aliança entre o governo e a sociedade peruana com intuito de implementar uma equipe versada no denominado oportunismo planejado, uma abordagem que requer a capacidade clara de julgamento sobre quando uma intervenção é crucial para amparar um processo de mudança.

Isto significa uma comunicação vertical e horizontal entre todos os envolvidos, sua avaliação do que estão observando enquanto, ao mesmo tempo, reagem às mudanças ocorridas pela sua intervenção inicial. É apenas um processo modesto, com ações passo a passo, sem garantia do que acontecerá em seguida.

Essa experiência peruana investiu mais energia e recursos em amparar o processo de construção de novas relações no interior e no exterior da administração governamental que em instituições formais, expressando pouco interesse em assegurar resultados mensuráveis e técnicos.

A abordagem desse programa do DFID no Peru foi considerada uma história de sucesso por aqueles que dele participaram e pela OCDE. A maioria dos participantes da equipe era peruana trabalhando em conjunto com uma equipe britânica, que contribuía com ideias e experiências adquiridas em outros países.

Um programa de ajuda mútua entre o Brasil e o Reino Unido?

No workshop realizado no Brasil concordamos que este tipo de abordagem foi além da visão ortodoxa de uma ajuda externa, como aquela do dinheiro fluindo unidirecionalmente de um país a outro. Tudo girou em torno de como as agências internacionais têm potencial para facilitar e amparar novas perspectivas e abordagens de problemas complexos de injustiça social e pobreza em todos os países.

As inovações políticas e sociais no Brasil provaram ser úteis não apenas para outros países do Sul – fato que o DFID reconhece – como também no Reino Unido. Na realidade, muitos dos países do Norte têm muito a aprender, por exemplo, com os processos participativos democráticos que emergiram no Brasil e em outros países do Sul. Cidadãos organizados representam um papel crucial na articulação das demandas por direitos, mobilizando a

pressão por mudanças políticas e monitorando o desempenho do governo.

Em 2007, o Institute of Development Studies organizou um evento para funcionários regionais e centrais do governo britânico e para voluntários. Nesse evento ouviram diretamente de palestrantes vindos do Brasil, da Índia e de outros países, relatos do desenvolvimento de formas mais participativas de governo e de amparo à cidadania.

Shazia Husai, que trabalhou para uma autoridade local numa região carente de Londres, foi um dos participantes do evento. Como consequência do relato que ouviu de alguém proveniente da cidade de Porto Alegre, ela persuadiu o conselho de Tower Hamlets a testar o orçamento participativo baseado na experiência brasileira. De fato, o orçamento participativo tem sido adotado por várias comunidades do Reino Unido. É interessante especular se Shazia e outros não teriam tido resultados mais impactantes e abrangentes se, digamos, tivessem trabalhado diretamente com alguém vindo do Brasil por três anos ou mais, ou se o governo brasileiro dispusesse de um pequeno fundo para a criação de uma aliança para mudanças, como aquela implementada no Peru pelo DFID.

O Brasil e o Reino Unido trabalham em conjunto para ajudar Moçambique e poderíamos também beneficiar dessa parceria para resolver questões internas concernentes à pobreza. Não estamos falando do Reino Unido retomar o programa de ajuda ao Brasil. Ao contrário, ambos os países concordaram em oferecer um programa de ajuda a outros.

Do mesmo modo que a China e a Índia, o Brasil é um país doador e também receptor. Na perspectiva ortodoxa dos programas de ajuda isto é considerado uma anomalia. Mas o fato de ser um receptor pode fazer do país um melhor doador. Não seria esse o modelo a ser amplamente seguido e que representaria verdadeiramente o sentido da ajuda mútua?

No momento, o Brasil recebe ajuda de países ricos e, ao mesmo tempo, oferece ajuda aos mais pobres; mas não seria o caso também de países ricos e intermediários trocarem ajuda, visando especialmente a troca de informações e soluções inovadoras, das quais todos se beneficiariam e com as quais poderiam aprender muito?

Ao assumir que a ajuda eficaz não está relacionada primeiramente à quantidade de dinheiro, mas às relações que permitirão a criação de novas ideias e perspectivas, as vantagens de uma parceria de ajuda mútua se tornam nítidas.

*Rosalind Eyben é acadêmica do Institute of Development Studies da Universidade de Sussex. Trabalhou anteriormente como chefe do Department of International Development na Bolívia, e conselheira de estratégia desta instituição no Peru. Escreveu vários textos sobre relações de ajuda mútua.

1 www.dfid.gov.uk/Where-we-work/Latin-America/Brazil
 2 www.dfid.gov.uk/global-issues/research-and-evidence/poverty-themes1/evidence-and-lessons-from-latin-america
 3 www.guardian.c.uk/global-development/poverty-matters/2011/feb/23/aid-to-middle-income-countries